

## As instituições informais e o desenvolvimento econômico

*"O não-desenvolvimento decorre de uma evolução institucional em que, em contraste com a do Estado liberal, as iniciativas individuais, as autonomias locais, o espírito racional são tolhidos por um Estado discricionário, não limitado em seu poder".  
(Carlos Aguiar Medeiros, professor do IE/UFRJ)*

Vítor Wilher R. de Lima

29 de agosto de 2007

Há muito tempo se pesquisa os efeitos das instituições no desenvolvimento econômico de um país. A nova economia institucional, liderada por Douglass North, busca "(...) desenvolver uma teoria econômica das instituições e prover um conjunto de evidências históricas sobre como as instituições afetam o desenvolvimento econômico das nações" (Medeiros, 2001)<sup>1</sup>. No Brasil atual cresce o número de pensadores que procuram identificar nas nossas instituições – e não nas relações puramente econômicas – a causa de nosso subdesenvolvimento.

Um desses pensadores é o professor da FGV Samuel de Abreu Pessoa. Em seu último artigo publicado na revista EXAME, com o título "Brasil: entre o velho e o novo", o especialista em desenvolvimento econômico ressaltou a importância da segurança jurídica para o crescimento. Fez menção ao fato de que o Brasil está dividido entre dois mundos. Um guiado pela eficiência, pela geração de inovação constante. O outro construído pelo famoso "jeitinho" brasileiro, guiado pelas propinas e pelo banditismo.

Na mesma linha está o professor Armando Castela Pinheiro<sup>2</sup>, que vê na falta de regras claras e aplicação ineficiente das leis um limitante agonizante ao crescimento da economia nacional. Argumenta ele que se o Brasil tivesse um sistema jurídico organizado e eficiente, os investimentos privados seriam estimulados, a produção nacional incrementada, gerando mais emprego e renda.

A idéia é relativamente simples: a existência de instituições fortes gera progresso econômico. Isto porque, com respeito a contratos e clara definição de *direitos de propriedade*<sup>3</sup>, os entes privados são estimulados a prover bens e serviços, gerando progresso social para todo o conjunto. A não existência dessas instituições – ou a sua desorganização – gera relações frágeis, inibindo ou limitando o crescimento do mercado interno.

---

<sup>1</sup> Carlos Aguiar de Medeiros, professor do IE/UFRJ e autor do artigo "Instituições, Estado e mercado no processo do desenvolvimento econômico". Publicado na Revista de Economia Contemporânea, primeiro semestre de 2001.

<sup>2</sup> Professor do IE/UFRJ e pesquisador do IPEA. Autor de "Segurança jurídica, crescimento e exportações", texto de discussão número 1125 do IPEA, disponível em [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)

<sup>3</sup> "Entende-se como direito de propriedade a habilidade de se dispor de maneira absoluta, no todo ou em parte, das coisas que se possui, ou dos serviços e benefícios que elas podem produzir, desde que sem conflitar com o que é proibido pela legislação". (Armando Castelar Pinheiro, retirado do mesmo artigo).

Sem o fortalecimento das instituições sociais, o desenvolvimento brasileiro é apenas parcial. Desde a década de 80 as taxas de crescimento têm sido ínfimas, dadas as colossais necessidades do país. Isto sem falar nas demais externalidades observadas pela falta de instituições sólidas. Sobre isso, o professor Antony Mueller<sup>4</sup> parece fazer uma feliz síntese, que vale ser citada na íntegra:

*"Brazil has a society which has the standard of the 21st century in modernity regarding religious and racial tolerance, the status of women and openness of mind; Brazil has an economy of the 20th century with many modern sectors and often excellent managers; but with all that, and an abundant nature, Brazil still has a political system of the 17th century, and this is the problem".*

A existência de sistemas político e jurídico arcaicos acaba por moldar as ações dos indivíduos. A corrupção está enraizada na sociedade. Desde o motorista que dá R\$ 10 a um policial para não pagar uma multa até o juiz que vende sentenças por um valor bem mais alto. Mudar essa "cultura" é um passo fundamental para que o Brasil alcance o posto de país desenvolvido.

Mas como mudar? Max Weber introduziu há quase um século atrás a idéia de "espírito do capitalismo" para explicar porque algumas nações experimentaram o desenvolvimento e outras não. O professor Douglass North reincorpora esse conceito, argumentando que "(...) as instituições não são facilmente transportadas entre sociedades, pois as normas de conduta, a cultura, os tabus, os comportamentos informais são *únicos*" (Medeiros, 2001, *adaptado*).

É justamente sobre esse aspecto que qualquer reforma na superestrutura é parcial, no sentido de não estruturar as relações informais. Como assim? Toda sociedade possui uma matriz institucional que é composta de normas formais e informais. Existem leis, códigos, procedimentos etc que devem ser seguidos e respeitados pelos indivíduos. Além desse arcabouço formal, existem as tais normas informais, comportamentais. São justamente essas que não podem ser simplesmente transportadas de um país para outro. É nesse exato sentido que o tal "espírito do capitalismo" de Weber tem uma conotação mais forte.

Você não cria uma lei dizendo que o trabalho é importante. Assim como não se impõe através da força que é proibido fumar em ambientes fechados, por exemplo. É preciso que as pessoas tenham bom senso e saibam calcular as externalidades associadas a tais atos. Esse arcabouço de instituições informais é tão (ou mais) importante quanto as formais. Assim sendo, qualquer mudança no sentido de alcançar um patamar de desenvolvimento econômico elevado deve passar antes por uma completa mudança comportamental do corpo social.

---

<sup>4</sup> Professor da Universidade de Caxias do Sul, autor do texto "*Brazilian airtraffic*"; disponível em <http://continentaleconomics.com>

Como se faz isso? Parece meio óbvio, mas muita gente ainda tem dúvidas sobre isso. Como um grande economista já disse há um tempo atrás, a educação é a maior de todas as instituições. Ela é base, o alicerce que constrói uma sociedade. Através dela você consegue disseminar valores. Antes que alguém fale em aculturação, não se trata disso. Muito pelo contrário, trata-se de propagar idéias e visões de respeito às leis, aos demais indivíduos, ao trabalho etc. Coisas básicas e simples, que dado o nosso atraso social e econômico ainda não foram apreendidas.

No momento que a maioria da população não pagar mais o famoso "café" do policial, tal prática será extinta. O policial deverá fazer o seu trabalho, sendo remunerado conforme o seu esforço. Ou então no momento que um político que renunciar para fugir de uma cassação e se candidatar novamente for severamente rejeitado nas urnas as tais normas informais estarão em pleno funcionamento.

Parece difícil ver a relação entre tais instituições informais e a atividade econômica, mas como nos mostra North elas existem e são extremamente importantes. Uma sociedade que respeita as instituições formais (através da existência de normas informais positivas) e, mais do que isso, exerce pressão para que elas funcionem, está construindo um ambiente propício para o desenvolvimento econômico.

Assim sendo, o estudo de como construir tais instituições informais passa a ser o grande objetivo de um país subdesenvolvido como o Brasil. Mais do que debater se os juro básicos devem cair ou não, é mais abrangente discutir como implementar valores simples e básicos. Fazer isso é o primeiro e decisivo passo para melhorar o nosso país.